



A AUTOGESTÃO DO PLANO ODONTOLÓGICO DA AXIA ENERGIA E A PPP

É perceptível a defasagem e a baixa rentabilidade no que tange aos repasses dos planos odontológicos, com agravamento pelas situações de atrasos de reembolso, burocracias e limites de cobertura ao paciente, o que acaba onerando o empregado. Durante as diversas rodadas do ACT este tema foi exaustivamente abordado, gerando a interpretação de que a autogestão da Empresa será a saída viável. Esta situação requer modificações de rotinas

por parte da Empresa, com compromisso de efetivar a autogestão a partir de outubro do corrente ano. Esperamos que as situações de urgência e emergência sejam devidamente contempladas para bem dos empregados da AXIA Sul Energia. Atualmente os dentistas não querem ter interação com o plano vigente e quando se consolida a necessidade de reembolso para o empregado, o valor reembolsado é ínfimo, onerando-o sob todo o contexto. De um modo geral, os principais problemas residem nas taxas administrativas abusivas dos planos, a burocracia e exigências em determinadas liberações daquilo que os odontólogos requisitam, a glosa de determinados procedimentos e os baixos valores de repasse praticados pelas tabelas dos planos. Por fim, teme-se que no momento em que o empregado mais precisar, para um determinado procedimento, não haveria cobertura do plano. Portanto, até outubro, manteremos a devida atenção, para bem do cumprimento ao acordado no ACT 2026/2028.



OS EQUÍVOCOS DO REPASSE DE INFORMAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PPP PELO INSS

Sob determinadas interpretações, torna-se contraditório a intensão da Empresa em atualizar o quadro de empregados, com as informações dispostas no Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, enquanto é de responsabilidade da Empresa, assim como na disposição de informações ao INSS, a partir de janeiro de 2023, para que a nova versão digital seja passada aos empregados. Tanto no que antecede a data supracitada como após esta, a Empresa comete diversos equívocos, deixando de registrar no PPP as reais situações de exposição ao risco, cuja reincidência foi e é tema de reclamações internas. Tal fato está prejudicando os empregados expostos ao ambiente sob periculosidade, no que compete a conversão de tempo, a partir de fator multiplicador, permitido até novembro/2019. Outrossim, as expectativas que a nova legislação poderá gerar para a aposentadoria especial, esbarra nas informações equivocadas que a Empresa está prestando ao INSS e que afeta sensivelmente aos empregados submetidos ao ambiente de risco. Se não bastasse isso, a Empresa ainda adotou um regramento segregador para que os empregados com maior tempo de casa sejam impedidos de viajar e atuar em atividades de risco, pois parece que a atividade fim não é mais a engenharia, mas sim a bolsa de valores.

ATRIBUIR O OPERACIONAL NAS CONTAS DE INVESTIMENTO ?

Vários comentários surgiram na Empresa e no respaldo que poderá ser gerado ao atribuir despesas operacionais (OPEX) nas contas de investimento (CAPEX). A prática pode gerar informações inconsistentes aos balanços, em especial nas informações e valores das Demonstrações do Resultado do Exercício – DRE, ação infrutífera, não recomendada e que poderá gerar ilusões ao mercado.

A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AXIA ENERGIA SUL

A Empresa perdeu muito em conhecimento técnico, em processos e no que tange ao histórico das certificações laboratoriais, que conquistou ao longo dos anos no Sertão. A Engenharia está sendo substituída pelas terceirizações, às contratações de “Analistas”, em detrimento à redução do quadro de engenheiros. Neste sentido, computa-se uma redução média de aproximadamente 50% do quadro de engenheiros entre a Sede e o Sertão. Se a sociedade desejava a privatização, ela tem que saber que a reconstituição do sistema elétrico não passa mais pelo paradigma de restabelecer o sistema elétrico no mínimo tempo de indisponibilidade possível, mas sim na situação de atuar com as regras regulatórias debaixo do braço.

A FATIA DOS SEUS IMPOSTOS EM SALÁRIOS ASTRONÔMICOS PÓS PRIVATIZAÇÕES

A fatura de energia ficou mais onerosa para a sociedade? Calma, pois outros fatores continuarão onerando mais...

Havia um tempo em que era ideologicamente correto repudiar os altos salários de R\$60 a 80 mil reais. Atualmente o governo permanece com uma participação de 43% na participação acionária do setor elétrico da então ELETROBRAS, porém a prática de salários astronômicos (vide reportagem de 14/06, originada pelo Carta Capital) é uma realidade. Os salários médios dos 11 diretores e membros do Conselho são na ordem de R\$143 mil reais, que acumulados em 4 anos resultarão em R\$62 milhões de reais, segundo a reportagem veiculada, e isso nas mesmas barbas ideológicas, que criticavam os salários.

- Quais os pesos e medidas a serem aplicados, uma vez que seus impostos ainda pagam estes salários astronômicos?
- A necessidade dos packs de baterias demonstrou a quebra de perenidade de energia firme, paradigma antigo e de consolidação dos tempos?
- Os investimentos no sistema elétrico, defendidos como elemento das privatizações, foram consolidados?
- A energia elétrica não mais onerou seu bolso a partir das privatizações?

Enfim, estas e muitas outras indagações sugerem cautela, pois a obsolescência do setor elétrico não pede licença, as terceirizações sem critérios repercutem em vítimas, muitas vezes fatais.

Cabe lembrar que a maturidade do setor se deu com treinamentos sérios e com a liberação dos trabalhos, restringindo profissionais experientes em atividades perigosas por questões de economia gera riscos de segurança para os profissionais de menor experiência além da sobrecarga que aumenta o risco de acidentes.

ENGENHEIRO FILIADO, SENGE-SC FORTALECIDO!

***Mais que um sindicato,
um ecossistema de engenharia.***

 www.senge-sc.org.br  **TVSengeSC**
 **sengescoficial**  **SengeSC**  **Sengesc**